



Número: **0803980-63.2021.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **04/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 2.632,50**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FLAVIANA SILVA DE FREITAS (AUTOR)		AMANDA CRISTINA DE CASTRO (ADVOGADO) FRANCISCA RAFAELLA SOARES DA SILVA (ADVOGADO)	
Flaviana Lacerda de Freitas (AUTOR)			
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
80544777	03/04/2022 19:32	recurso-apelacao- flaviana	Petição

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ – ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE.**

PROCESSO Nº 0803980-63.2021.8.20.5106

FLAVIANA LACERDA DE FREITAS, já devidamente qualificada
nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por meio
do sua Advogada, infra-assinado, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Requerendo que se digne Vossa Excelência, determinar o regular
processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo
os autos a Instancia Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, o Recorrente, pleiteia
na exordial, os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

MOSSORÓ/RN, 01 de abril de 2022.

FRANCISCA RAFAELLA SOARES DA SILVA FERREIRA
OAB/RN 16.169



RAZÕES RECURSAIS

Apelante: **FLAVIANA LACERDA DE FREITAS**

Apelado: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT – S/A.**

Processo de origem nº 0803980-63.2021.8.20.5106, 5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN.

**EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLEND A CÂMARA,
EMÉRITOS
DESEMBARGADORES.**

I- DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos dos Arts. 219 e 1.003, §5º do CPC, o prazo para interpor o presente recurso é de 15 dias úteis, sendo excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento nos termos do Art. 224 do CPC/15.

Dessa forma, considerando que a decisão fora publicada no dia 11/03, tem-se por tempestivo o presente recurso, devendo ser acolhido.

II- BREVE SÍNTESE E DA DECISÃO RECORRIDA

Em sentença prolatada pelo Juízo *a quo*, a parte autoral teve seu pedido julgado IMPROCEDENTE, não tendo reconhecido a invalidez permanente do ombro direito no total de 50% (cinquenta por cento).

Pois bem, com a máxima vênia, a referida sentença merece ser reformada, tendo em vista que há diversos documentos médicos demonstrando que o Recorrente sofreu trauma grave no ombro direito, tendo que passar por cirurgia para inserção de pinos no primeiro segmento, o que, por óbvio, não resulta tão somente na invalidez no montante de 10% (dez por cento).

As razões da necessidade da reforma estão delineadas a seguir.

III- DAS RAZÕES PARA REFORMA

Em sede de Sentença, o juízo *a quo* firma o seguinte:



Publicque-se. Registre-se. Intimem-se.

Paciente: 58597 - FLAVIANA LACERDA DE FREITAS (30 a 3 m 6 d)
 Nascimento: 01/12/1989 Natural: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO BRASIL Sexo: F Cor: PARDADA
 CNS: 701001873806097 CPF: 07407059462 Prof. Pai: ANTONIO FREITAS FREIRE
 Mbe: MARIA LORENA DE LACERDA Logradouro: PAULO DE ALBUQUERQUE, 351 Bairro: BOA VISTA Cidade: MOSSORO
 CEP: 59605090 Telefone: 84.996667560

Motivo (alocado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO
Origem: SAMU RN

Classificação:
 *Empresa:

Obs: TRAZIDO PELO SAMU EM PROTOCOLO

HORA	P.A.	HGT	SaO2	FIG2	F.R.	F.P.	TEMP.	Glasgow	RTS
18h	100	100	98	58	20	110	36,5		

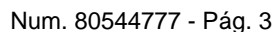
HISTÓRIA - EXAME FÍSICO **Não chegou a medicamento.**
 Queixas: COLISAO CARRO MOTO. APRESENTA DISTENÇÃO EM OMBRO D. POSSÍVEL FRATURA FECHADA - ESCORIAÇÕES EM
 D. e H. braço.
 D. H. braço: 100% de extensão de acidente de moto há aproximadamente 40min.
 Traída pelo SAMU no protocolo. Repre uso de capacete. Não perde de consciência. Não vomitou e nem. Repre dor em ombro D e a coxa E, dor
 D. coxa esquerda.
 D. coxa esquerda: Paciente sem cervicalgia.
 D. SaO2 96%. M.V.C. Bilateralmente, sem RA. Sem anfrizma subcutâneo.
 D. FC 120 AC RCR 2T, B.V. 55. Abd. plano, flácido, deltoide a palpação p/pe
 funde em epigastrio, RHA 0. Pelve estável.
 D. ECG 35 supulso vascularizante.
 D. ECG 35 supulso vascularizante.
 Diagn. Inicial:

haptvida
Faz bem pra você

RELATÓRIO MÉDICO

PARTE I AM DOIDA S
R. 9. 25, FEMEA, LACRADA DE
FALTA, 30 ANOS, 5-CONTIN-SE
COM FRATURAS DO CLAVÍCULO
DIREITO, DUBLINADA 1/
TATAGNOS CIRURGIA
DITAMORIS

MARCO, 07/12/2023



ATESTADO MÉDICO

Atesto que atendi nesta data o(a) Sr(a) **FLAVIANA LACERDA DE FREITAS** às 19:56, sendo necessário o seu afastamento do local de trabalho ou escola por 120 (CENTO E VINTE) dia(s), a partir de 10/03/2020, tendo como causa do atendimento o código abaixo:

S420

Código da Doença

Local e Data

Assinatura do Médico

JOAO RICARDO ROLIM ARSENIADIS

CRM 10511

Dr. João Ricardo Rolim Arseniadis
Ortopedia e Iretimnologia
CRM-AM 3091 - TEO 10230

II - Descrever o quadro clínico atual informado:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

ONLBRD DTRCTO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA - TRATAMENTO
Ortopédico.

III - Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito) incluindo medidas de reabilitação?
☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

8.2.1 – Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º, do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31, da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
--------------------	--------------------------

1º Leão:	ENIGMA DIREITO	[10% residual [25% leve [50% média [75% intensa
2º Leão:		[10% residual [25% leve [50% média [75% intensa
3º Leão:		[10% residual [25% leve [50% média [75% intensa
4º Leão:		[10% residual [25% leve [50% média [75% intensa

OBSERVAÇÃO: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

ASSINATURA E CARIMBO:

Mossoró/RN, 01 / 09 / 2021



setecentos e vinte e cinco reais).

Contudo, como o autor já recebeu na via administrativa o valor de R\$1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), ainda resta o saldo remanescente no valor de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

O valor foi apurado aplicando-se o cálculo da Tabela de Danos Pessoais – Anexo da Lei 6.164/74, alterada pela Lei 11.945/09. ($R\$13.500,00 \times 70\% = R\$9.450,00 \times 50\% = R\$4.725,00 - R\$1.687,50 = R\$3.037,50$).

O saldo apurado deverá ser corrigido desde o sinistro, além de juros de mora desde a citação e honorários sucumbenciais arbitrados em valor equitativo de acordo com o § 8º do art. 85 do CPC, diante do ínfimo valor da condenação.

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, é dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC.

Assim, com relação à incapacidade permanente da parte autora, diante das as explanações acima, deverá a Ré, pagar a diferença no importe de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), valor que quantifica em percentuais as partes do corpo que foram lesionadas.

IV -DO REQUERIMENTO:

Ante o exposto, requer o provimento do presente recurso para que seja reformada a sentença de primeiro grau, de acordo com as razões apresentadas, uma



vez que resta necessária a correção quanto segmento sobre o qual recai a invalidez permanente, devendo-se reconhecer que há lesões no membro superior direito no total de 50% (cinquenta por cento).

Pleiteia-se, ainda, a apreciação equitativa quanto a diferença relacionados a paga na via administrativa devendo haver o estabelecimento do montante mínimo de \$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Pugna, ainda, pela confirmação da gratuidade judiciária, por ser o Recorrente pobre nos termos do artigo 98 do CPC.

Nestes termos,

Pede deferimento

Mossoró/RN, 01 de abril de 2022.

FRANCISCA RAFAELLA SOARES DA SILVA FERREIRA

OAB/RN 16.169

